

O TRABALHO AGRÍCOLA NO BOOM DO AGRONEGÓCIO E NA EXPANSÃO DAS POLÍTICAS PARA A PEQUENA AGRICULTURA

Fernando Gaiger Silveira¹

1 INTRODUÇÃO

A agricultura teve, nos últimos quinze anos, um desempenho excepcional: a produção de cereais, oleaginosas e leguminosas passou de 88 milhões de toneladas, em 2000, para 215 milhões de toneladas, em 2015; o valor da produção de produtos de carne cresceu três vezes entre 2007 e 2014; a indústria de produtos alimentícios e de bebidas teve sua participação aumentada em 5 pontos percentuais (p.p.) no valor da transformação industrial (VTI) entre 2000 e 2014. Importante notar que a estrutura agrária não se alterou, a despeito dessas transformações e das políticas agrárias, ou melhor, da reforma agrária. Os dados do último Censo Agropecuário mostram uma relativa estabilidade na estrutura de posse da terra e no grau de concentração da produção, observando-se aumentos nos rendimentos físicos.

O crescimento vertiginoso da produção e da área cultivada com lavouras temporárias, que se inicia no início dos anos 2000, faz-se acompanhar de uma recuperação da população ocupada na agricultura, o que se reverteu a partir de meados da década de 2000. É movimento diverso do que se assistiu nos anos 1990, quando a área cultivada ficou relativamente estável e a população ocupada reduziu-se, especialmente a população ocupada restrita – sem os trabalhadores voltados para o autoconsumo e os membros não remunerados com carga horária semanal de trabalho inferior a quinze horas. No período 2004- 2014, o que se destaca é a redução em um quarto da população ocupada na agricultura, representando cerca de 5 milhões de postos de trabalho a menos na agricultura, com quase três quartos deles concentrados nos adolescentes e adultos entre 15 e 29 anos.

Dois movimentos, que mostraremos detalhadamente, caracterizam essa queda. De um lado, a redução no assalariamento, do patronato agrícola, da mão de obra auxiliar não remunerada e com elevada carga horária, o que se pode creditar à intensificação

1. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. *E-mail*: <fernando.gaiger@ipea.gov.br>.

do capital na agricultura. De outro, temos uma perda de menor envergadura nos trabalhadores conta-própria – em que predomina a chamada agricultura familiar – e um aumento das ocupações voltadas para o autoconsumo. Há que se lembrar de que parcela expressiva da mão de obra auxiliar não remunerada está associada à agricultura familiar. Ou seja, parece que a pequena agricultura mostra-se resiliente nesse cenário de *boom* do agronegócio e de redução na demanda por mão de obra.

Os efeitos da modernização são sentidos na redução do trabalho assalariado – com elevação expressiva da formalidade – e do número de empregadores, bem como na redução do trabalho auxiliar. Todavia, não se pode creditar ao aprofundamento da modernização da produção agropecuária o incremento da população voltada para o autoconsumo e uma redução menos pronunciada dos trabalhadores conta-própria justamente nas regiões de predomínio da agricultura de pequeno porte. Observa-se, ainda, decorrente da redução do trabalho auxiliar e da formalização do assalariamento, redução expressiva do trabalho infantil e dos mais fragilmente inseridos no mercado de trabalho.

O objetivo da presente nota é apresentar os principais dados sobre o pessoal ocupado na agricultura no período 2004-2016, com base nas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio (Pnads) e nas Pnads Contínuas, identificando as principais alterações e seus perfis regionais e pelas características do trabalho e do trabalhador. Apontam-se, como resultado da análise, situações que devem ser foco de políticas públicas, como a queda expressiva da taxa de atividade no meio rural, o crescimento da participação dos jovens que não trabalham e não estudam nos domicílios agrícola e rurais, a redução da ocupação da pequena propriedade e o aumento da idade média da população ocupada, fatos que, conjuntamente, colocam na pauta o problema, já várias vezes apontado, da “transferência” geracional da “administração” dos estabelecimentos agrícolas.

2 O DESEMPENHO DO MERCADO DE TRABALHO AGRÍCOLA NO PERÍODO 2004-2015

A queda de 4,3 milhões no número de trabalhadores dedicados ao trabalho agrícola entre 2004 e 2015, apurada nas Pnads, e a redução de 1,6 milhão de trabalhadores na agricultura entre os primeiros trimestres de 2012 e de 2017, segundo as Pnads Contínuas, representam reduções de 24% e 16% na população ocupada na agricultura, demandando uma análise mais aprofundada, pois, como se sabe, ocorrem simultaneamente ao crescimento expressivo da produção agropecuária e da área cultivada. As maiores perdas são observadas entre os jovens, nos trabalhadores com maior carga horária, nos membros não remunerados ou trabalhadores familiares auxiliares, nos empregadores e nos residentes da região Sul.

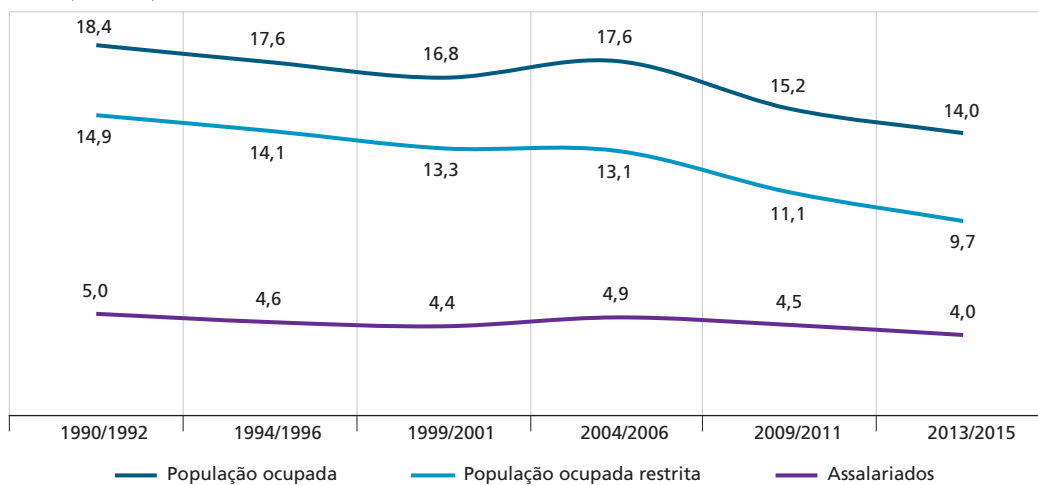
No gráfico 1, fica patente que a queda na população ocupada na agricultura não é comportamento recente, pois, durante os anos 1990, essa população reduziu-se em 1,8 milhão, e a de assalariados agrícolas em cerca de 500 mil. Nos primeiros anos do *boom* do agronegócio, a população ocupada cresceu, com número de trabalhadores assalariados retornando ao patamar de 5 milhões. A redução durante os anos 1990 fez-se acompanhada de estabilidade da área plantada com lavouras temporárias e crescimento da produção.

Efetivamente, a área plantada ficou ao redor de 45 milhões de hectares e a produção de cereais, oleaginosas e leguminosas passou de 56 milhões para 85 milhões de toneladas. A recuperação da população ocupada no início dos 2000 parecia mostrar que a ocupação das fronteiras internas seria acompanhada da preservação da força de trabalho agrícola. Entre 1999 e 2004, a população ocupada na agricultura manteve-se ao redor de 17 milhões de pessoas, enquanto a área plantada com lavouras temporárias crescia 10 milhões de hectares e a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas atingia quase 130 milhões de toneladas. A partir de então, a ocupação agrícola reduziu-se em quase um quarto, a área com lavouras temporárias cresceu 15 milhões de hectares e a produção de cereais 90 milhões de toneladas.

GRÁFICO 1

População ocupada e assalariada na agricultura brasileira (1990/1992-2013/2015)

(Em milhões)

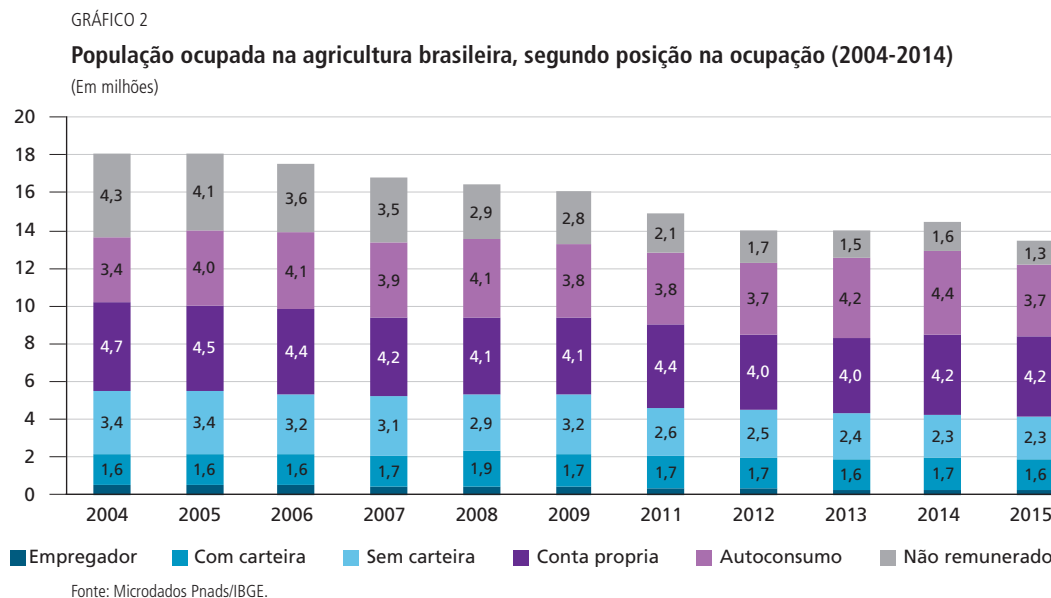


Fonte: Microdados Pnads/IBGE.

A redução na população ocupada na agricultura restrita, em que não se consideram os trabalhadores voltados ao autoconsumo e os membros não remunerados subocupados (menos de quinze horas) foi mais expressiva do que a diminuição na população ocupada na agricultura como um todo e entre os assalariados. Vale antecipar que, no caso dos retirados da população ocupada, os comportamentos são díspares. De toda sorte, tal fato aponta para uma redução da população marginalmente inserida nos mercados, o que, com a queda do assalariamento e da ocupação em geral, sinaliza um aprofundamento do padrão técnico baseado na mecanização, na quimificação e no uso de sementes melhoradas, que se apresenta poupador de mão de obra e, dado os requisitos mínimos de capital e tecnologia, concentrador.

O gráfico 2, que ilustra o comportamento da população ocupada na agricultura segundo a posição na ocupação, deixa evidente, de um lado, a redução do trabalho agrícola de maneira generalizada entre as posições na ocupação, com destaque para os trabalhadores não remunerados, que tiveram uma diminuição de 2,7 milhões, e, de outro lado, a única categoria de trabalho que não se reduziu é a dos trabalhadores para autoconsumo, que, entre 2000 e 2015, teve um crescimento de 255 mil pessoas. O assalariamento formal

apresentou, também, um aumento de 47 mil trabalhadores, ou, em termos relativos, 3%, inferior ao apurado entre os ocupados para o autoconsumo – 10%. Cabe notar que, entre 2014 e 2015, houve uma redução do autoconsumo, bem como entre os não remunerados. De fato, os resultados para 2014 é que discrepam da série restante.



A redução de 1,1 milhão de empregadores sem carteira e de 500 mil nos trabalhadores e trabalhadores conta-própria são os outros destaques negativos, dado o tamanho dos contingentes populacionais. No que concerne às reduções relativas, nota-se que a diminuição no assalariamento é de 20%, enquanto, entre os trabalhadores conta-própria, a redução é menos expressiva, de 10%. Já os empregadores, que passaram de 550 mil, em 2010, para 290 mil, em 2015, tiveram uma redução de 52%, só menor à observada entre os não remunerados, de 63%. Há de um lado, portanto, um movimento de redução de empregadores, do assalariamento informal e dos membros não remunerados, especialmente aqueles ligados aos trabalhadores conta-própria, e, de outro, uma redução menos expressiva nos trabalhadores conta-própria e o crescimento dos trabalhadores voltados para o autoconsumo.

A redução global do assalariamento da ordem de 20% e o crescimento dos trabalhadores com carteira de 3% refletem a redução da demanda por trabalhadores assalariados na agricultura e uma maior formalização, devendo-se ter presente que, em setembro de 2015, os trabalhadores agrícolas sem carteira eram 2,3 milhões.

Decidiu-se focar a análise do mercado de trabalho no campo da avaliação da evolução da população ocupada na agricultura sem apresentar informações sobre o trabalho rural e as conexões entre a ocupação agrícola e o rural. Os dados mostram, de um lado, a importância da ocupação agrícola dos residentes no meio urbano, e, de outro, o peso crescente das ocupações não agrícolas entre os residentes rurais. Concretamente, dos ocupados agrícolas, em 2015, 28% eram residentes no meio urbano, e, entre os ocupados rurais, 36% realizavam atividades não agrícolas. Fica patente, portanto, que rural e agrícola referem-se

a populações distintas, decorrente, em grande medida, do caráter político-normativo da definição corrente do rural. Contudo, verifica-se uma integração maior entre os mercados de trabalho urbano e rural-agrícola.

BOX 1

Tipologia de domicílios agrícolas, pluriativos e não agrícolas

Sustentamos que a análise do mercado de trabalho agrícola torna-se mais consistente se empregarmos como categoria de classificação dos domicílios a presença de um ocupado na agricultura e a importância da renda do trabalho agrícola na renda total advinda do trabalho. Distinguem-se, assim, os domicílios entre agrícolas, pluriativos e não agrícolas. Associando-se esse critério à distinção rural-urbano oficial, foram definidas quatro categorias de domicílios segundo a ruralidade e a inserção na atividade agrícola. A seguir, detalham-se esses quatro tipos de domicílios:

- **agrícolas:** definidos como qualquer domicílio no qual pelo menos um membro está empregado no setor agrícola e 67% ou mais da renda domiciliar advém de atividades agrícolas;
- **pluriativos:** definidos como aqueles em que pelo menos um membro está empregado no setor agrícola, mas menos de 67% da renda domiciliar vem da agricultura;
- **rurais não agrícolas:** definidos como aqueles que vivem em áreas oficialmente rurais, mas sem qualquer membro do domicílio trabalhando na agricultura;
- **urbanos não agrícolas:** definidos como aqueles que vivem em áreas oficialmente urbanas, com nenhum membro domiciliar empregado na agricultura.

Nessa direção de privilegiar a inserção na atividade agrícola de membro do domicílio, aplicou-se outra desagregação aos domicílios agrícolas e pluriativos, sendo quatro as categorias. Para tanto, empregou-se a posição na ocupação de seus membros, privilegiando as posições na ocupação que contam com ativos, especialmente os fundiários. A categorização é realizada da seguinte forma: domicílios com ao menos um empregador formam a primeira categoria, considerando-os como a categoria com maior capital. Entre os domicílios restantes, os que contam com ao menos um trabalhador conta-própria formam a segunda categoria; são os que contam com ativo fundiário e renda agrícola positiva. Em terceiro, os domicílios que têm ao menos um assalariado formam a terceira categoria. Finalmente, os remanescentes formam a quarta categoria, cujos domicílios contam com ocupados agrícolas somente voltados ao autoconsumo e não remunerados. De acordo com essa desagregação, os domicílios agrícolas dividem-se em três categorias (domicílios empregadores, domicílios conta-própria e domicílios assalariados), ao passo que os domicílios pluriativos dividem-se em quatro categorias (domicílios empregadores, domicílios conta-própria, domicílios assalariados e domicílios de autoconsumo).

Nota-se que o fato de haver um empregador em dado domicílio, por exemplo, não elimina a possibilidade de haver também um assalariado no mesmo domicílio. Espera-se que residentes em domicílios com empregador(es) apresentem melhores condições socioeconômicas do que aqueles sem indivíduos nesta posição – por exemplo, conta-própria e assalariado.

Elaboração do autor.

Entre 2004 e 2015, assistiu-se a uma redução bem expressiva da população em domicílios agrícolas – de 25,4 para 17,4 milhões de pessoas –, junto à estabilidade da população em domicílios pluriativos e um crescimento muito expressivo da população domiciliada no meio rural sem contar com membros ocupados na agricultura.

Observa-se tanto a queda de ocupações precárias quanto a preservação e/ou o crescimento de outras, ou seja, dois movimentos no perfil da população ocupada no campo – os dados da tabela 1 e dos gráficos 3 e 4 permitirão melhor identificar.

De um lado, os resultados do padrão de produção predominante, concentrado e poupador de mãe de obra, que reduz o trabalho assalariado e o número de empregadores e conta-própria nos segmentos melhor inseridos nos mercados agroalimentares. Esse efeito é sentido mais profundamente nas ocupações precárias – trabalhadores não remunerados e assalariados sem carteira –, bem como nas ocupações relacionadas à administração do estabelecimento agrícola – os empregadores e os trabalhadores conta-própria.

De outro lado, houve um crescimento da pluriatividade e das atividades de autoconsumo, em que a pobreza mostrou-se mais resiliente (Soares *et al.*, 2016), o que aponta para o fato de as atividades não agrícolas caracterizarem mais as situações de vulnerabilidade de renda do que o inverso, como já se defendeu. Verifica-se um aumento

da população ocupada na agricultura em domicílios pluriativos voltados tão somente para a agricultura de autoconsumo.

A tabela 1, que apresenta a população ocupada na agricultura, segundo o grau de importância da renda do trabalho agrícola e pela sua “posição” no mercado de trabalho agrícola, mostra que a redução na ocupação concentra-se no trabalho acessório, no assalariamento informal e nas categorias de administração do negócio agrícola. Em todos os tipos de domicílio com predomínio da renda do trabalho agrícola verifica-se uma diminuição da população ocupada em outras categorias. No caso dos domicílios de empregadores com predomínio da renda do trabalho agrícola, houve uma redução de quase 500 mil pessoas ocupadas, com os empregadores respondendo, em 2014, por 70% da mão de obra agrícola desses domicílios, contra uma participação de 55%, em 2004.

TABELA 1

População ocupada na agricultura brasileira, segundo o tipo de domicílio e importância agrícola (2004-2015)

Tipo de domicílio	Renda do trabalho		Pluriativo		Total	
	Agrícola		2004	2015	2004	2015
Domicílios empregadores	763	330	182	69	945	399
Empregadores (%)	55	70	75	82	-	-
Domicílios conta-própria	7.996	4.791	1.600	1.357	9.596	6.147
Conta-própria (%)	46	62	62	76	-	-
Não remunerados	3.193	944	452	225	3.644	1.169
Domicílios assalariados	4.431	3.302	1.014	939	5.446	4.241
Assalariados (%)	81	84	89	90	-	-
Com carteira	1.228	1.176	284	378	1.513	1.554
Domicílios autoconsumo	-	-	2.041	2.678	2.041	2.678
Autoconsumo (%)	-	-	92	98	-	-
Total ocupados	13.191	8.423	4.837	5.042	18.028	13.464

Fonte: Microdados Pnads/IBGE.

Nos domicílios agrícolas conta-própria, ou seja, na agricultura familiar ou na pequena agricultura, a redução atingiu cerca de 3 milhões de trabalhadores agrícolas, sendo 2 milhões de membros não remunerados, mostrando que o trabalho acessório foi “descartado” de maneira geral.

Nos domicílios agrícolas de assalariados, assistiu-se a uma redução de quase 1 milhão de trabalhadores, a imensa maioria de empregadores sem carteira, com o total de formais nesses domicílios preservando-se ao redor de 1,2 milhão.

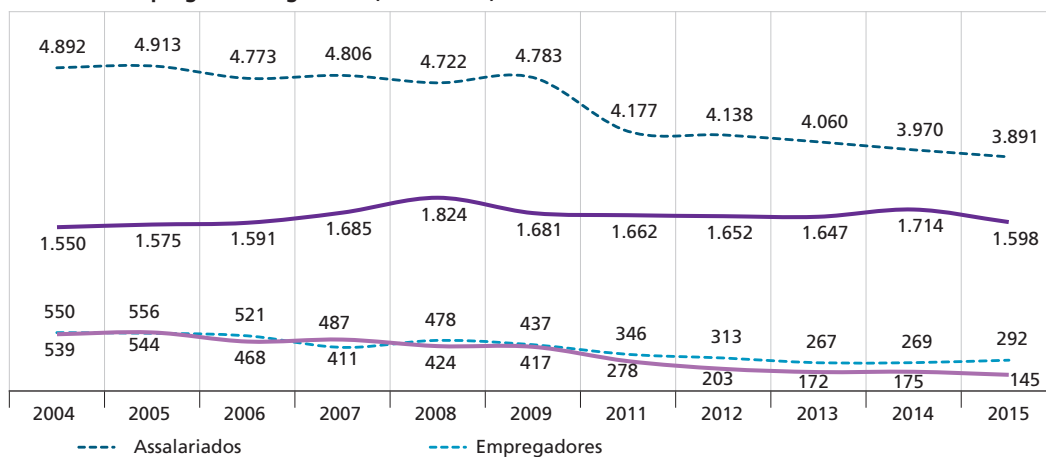
Já entre os domicílios pluriativos, nota-se, de um lado, perdas menos expressivas da população ocupada na agricultura nos domicílios conta-própria e de assalariados,

com a redução dos membros não remunerados entre os conta-própria e o incremento na formalização do assalariamento nos domicílios pluriativos de empregados, e, de outro, um aumento substancial dos domicílios pluriativos com a agricultura voltada para o autoconsumo – 620 mil trabalhadores.

Os gráficos 3 e 4, a seguir, buscam ilustrar esses dois movimentos: redução de mão de obra na agricultura “comercial”, mais profundamente nas ocupações precárias; e estabilidade na população ocupada na agricultura de baixa produtividade, com o crescimento da ocupação para autoconsumo e uma redução menos profunda dos trabalhadores conta-própria. No gráfico 3, observa-se a redução da população assalariada e dos empregadores, bem como dos membros não remunerados em domicílios dessas posições na ocupação, e o crescimento dos trabalhadores com carteira. Ou seja, ilustra-se o processo de redução da ocupação decorrente da necessidade de se atender a um padrão técnico-produtivo mínimo.

GRÁFICO 3

Brasil: evolução da população de assalariados agrícolas – total e com carteira – e de empregadores agrícolas e dos trabalhadores não remunerados em domicílios de assalariados e de empregadores agrícolas (2004-2015)

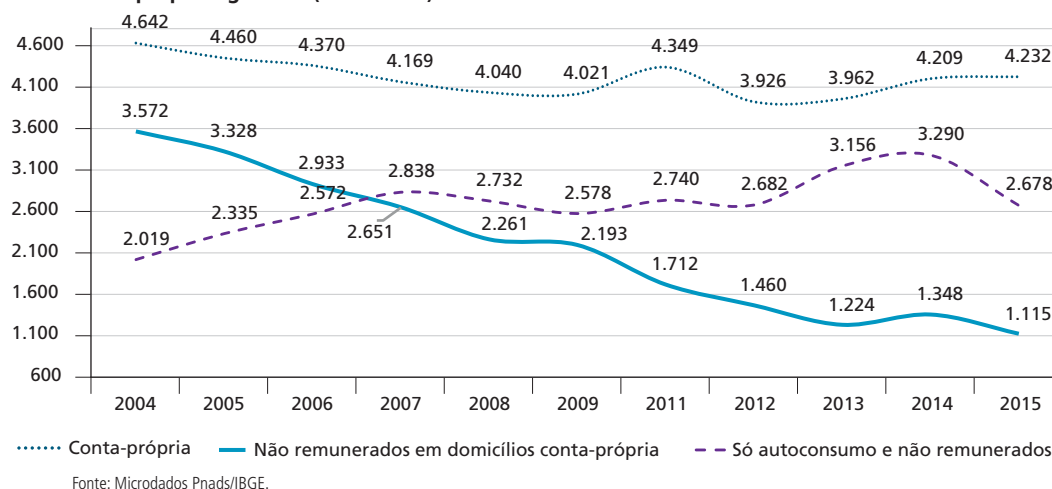


Fonte: Microdados Pnads/IBGE.

O gráfico 4, que apresenta a evolução dos trabalhadores agrícolas conta-própria, dos não remunerados residentes em domicílios conta-própria e dos ocupados em domicílios cuja atividade agrícola é o autoconsumo, ilustra esse segundo movimento de resiliência da pequena agricultura e daquela voltada para a subsistência familiar. Como já dito, a redução dos trabalhadores conta-própria é menos pronunciada que a de empregadores, assalariados em geral e não remunerados, observando-se um crescimento dos trabalhadores voltados para o autoconsumo. Verdade que a redução dos trabalhadores não remunerados é muito expressiva, mostrando que a agricultura familiar também reduz a sua mão de obra auxiliar, preservando a voltada para o autoconsumo.

GRÁFICO 4

Brasil: evolução da população de trabalhadores conta-própria agrícolas, trabalhadores em domicílios voltados para o autoconsumo e trabalhadores não remunerados em domicílios conta-própria agrícolas (2004-2015)

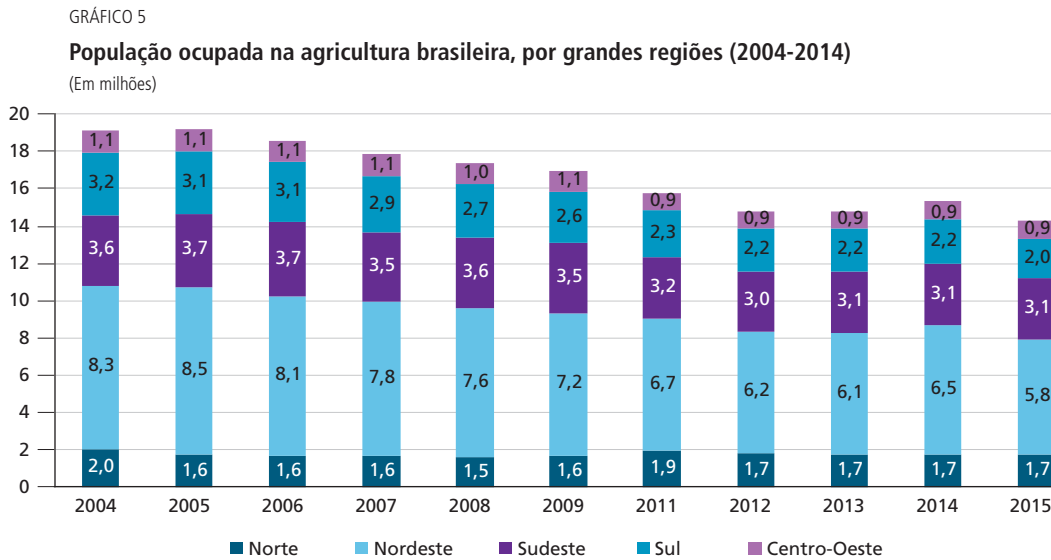


Não se pode creditar o aumento da população ocupada em domicílios pluriativos, notadamente aqueles com o trabalho agrícola voltado ao autoconsumo, ao predomínio do padrão técnico-produtivo. O prognóstico usualmente defendido aponta para o afastamento de parcelas expressivas da pequena propriedade da atividade agrícola, mas o que se nota é a resiliência e mesmo a preservação da agricultura de baixa produtividade voltada ao autoconsumo e com rendas em trabalhos não agrícolas e nas políticas de transferência de renda. Em termos regionais, vale mencionar que a redução no número de empregadores, de assalariados, de conta-própria e de não remunerados é um pouco maior no Nordeste do que no Sul, mas, por outro lado, enquanto no Nordeste observa-se um crescimento dos domicílios pluriativos, em que se destaca o autoconsumo agrícola, na região Sul essa categoria de trabalhadores também se reduz.

É fundamental examinar, de forma mais detalhada, esses dois movimentos apreendidos dos fatos estilizados e seus determinantes. Acredita-se que a redução da demanda por mão de obra na agricultura de corte comercial, refletida na queda dos empregadores, assalariados e na mão de obra auxiliar, seja resultado da modernização produtiva. Nessa direção, a análise entre a composição da produção agropecuária e sua distribuição espacial perante o comportamento da demanda de mão de obra forneceria maiores elementos para essa hipótese. Contudo, a resiliência da agricultura de pequeno porte, em especial dos domicílios pluriativos voltados ao autoconsumo, pode ser creditada à criação e à expansão de uma rede de apoio socioproductivo à agricultura de baixa produtividade: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); Garantia Safra; Bolsa Verde; Bolsa Família e Previdência Social.

Os dados regionais mostram que todas as regiões perderam população ocupada na agricultura, com a região Sul tendo a maior redução, com a diminuição da força de trabalho em quase 30%, ou, em termos absolutos, ao redor de 1 milhão de trabalhadores a menos. Com a maior perda absoluta, de 1,8 milhão de trabalhadores na agricultura, o Nordeste tem sua mão de obra agrícola reduzida em 21%, semelhante à diminuição no país como um todo. Parece que a agricultura modernizada do Sul do país foi

aquela que mais sofreu com o aprofundamento do padrão tecnológico, centrado na mecanização e na quimificação, e que requer níveis mínimos de capital. Contudo, a agricultura de baixa produtividade no Nordeste continua a perder população, mas em menor escala, dado o crescimento dos domicílios pluriativos voltados para o autoconsumo agrícola. As regiões Centro-Oeste e Sudeste, que respondem por mais de um quarto da população ocupada na agricultura no Brasil, foram as que contabilizaram as menores perdas populacionais, da ordem de 15%. Deve-se notar o fato de que a área plantada com lavouras temporárias cresceu 63% no Centro-Oeste, e 29% na região Sudeste, enquanto o crescimento na região Sul foi de somente 7%, e no Nordeste verificou-se redução de 3%.



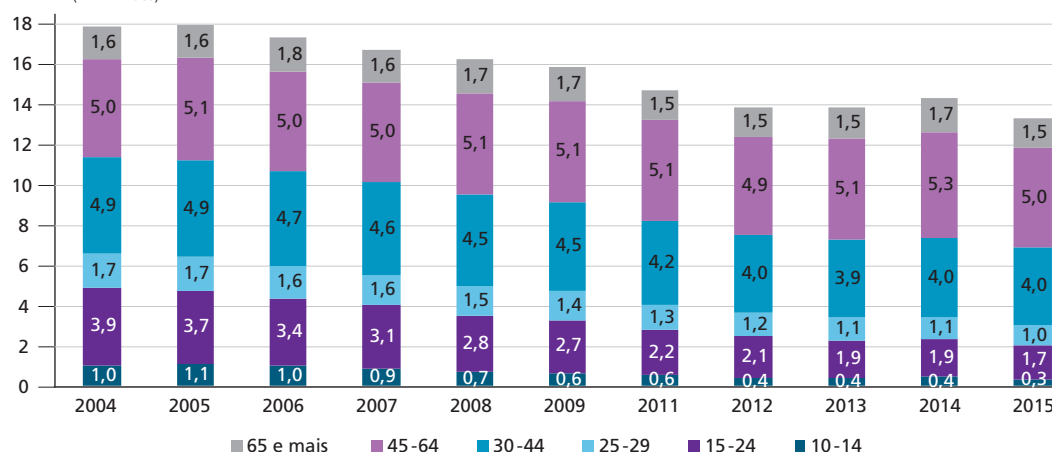
O gráfico 6 mostra o processo de envelhecimento da população ocupada na agricultura, com a população com 45 anos e mais de idade perfazendo, em 2014, 49% do total de trabalhadores agrícolas. Como se pode notar, enquanto essa população teve um aumento de 400 mil, os trabalhadores com idade entre 25 e 44 anos reduziram-se em 1,5 milhão de pessoas. O fato mais expressivo foram as quedas da população jovem e infantil. Verdade que a diminuição de 600 mil crianças na força de trabalho agrícola é uma excelente notícia, mas a redução de 600 mil jovens no trabalho agrícola – em termos relativos (52%) –, associada à diminuição da população adulta (30 a 34 anos), aponta que os problemas de sucessão na agricultura agudizaram-se nos anos 2000.

Os trabalhadores agrícolas com mais de 65 anos respondem por 12% da força de trabalho na agricultura, atingindo 18% na região Sul. Nessa região, 30% da população trabalhadora na agricultura tinha, em 2014, entre 15 e 39 anos, contra uma média nacional de 40% e uma participação, em 2004, de 43%. Na região Nordeste, a redução da população de 15 a 39 anos na força de trabalho agrícola, entre 2004 e 2014, é menos pronunciada do que na região Sul: -36% e -49%, respectivamente. E, nessa região, essa coorte populacional responde ainda por 43% da força de trabalho agrícola. Ou seja, nessa região o processo de envelhecimento é menos agudo.

GRÁFICO 6

População ocupada na agricultura brasileira, segundo faixas etárias (2004-2014)

(Em milhões)



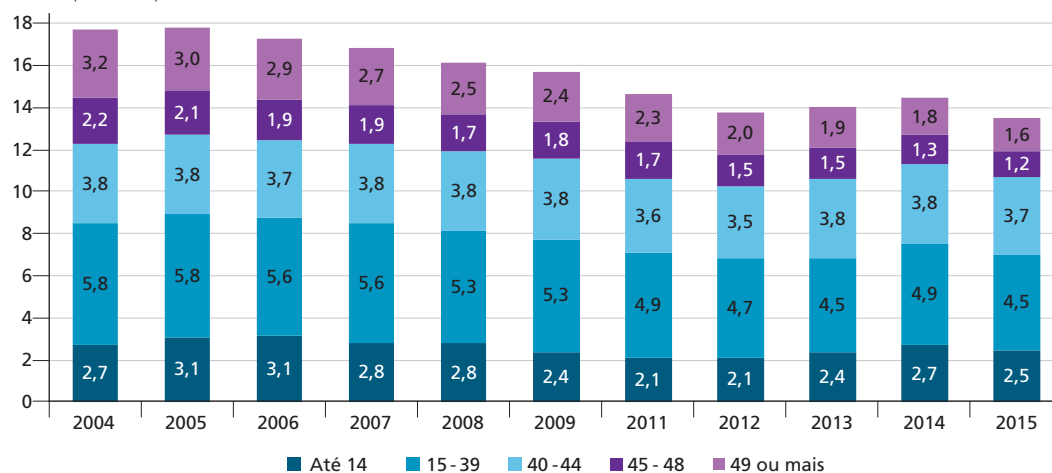
Fonte: Microdados Pnads/IBGE.

Por fim, o gráfico 7, em que consta a evolução da população ocupada na agricultura segundo estratos de carga horária semanal de trabalho, mostra que quase dois terços da redução na população ocupada na agricultura encontra-se nas cargas horárias superiores a quarenta e quatro horas. A relativa estabilidade nos ocupados com baixa carga horária semanal – menos de quatorze horas – deve-se à categoria que predomina nesse estrato de horas: os trabalhadores para autoconsumo, com mais de 1,7 milhão nessa situação – autoconsumo e subocupados. Já a estabilidade no estrato de carga horária padrão está relacionada à formalização do assalariamento e seus efeitos sobre o setor informal e nos conta-própria – com a redução das elevadas cargas semanais.

GRÁFICO 7

População ocupada na agricultura brasileira, segundo estratos de horas semanais trabalhadas (2004-2014)

(Em milhões)



Fonte: Microdados Pnads/IBGE.

3 AGORA É COM A PNAD CONTÍNUA: E OS TRABALHADORES PARA O AUTOCONSUMO?

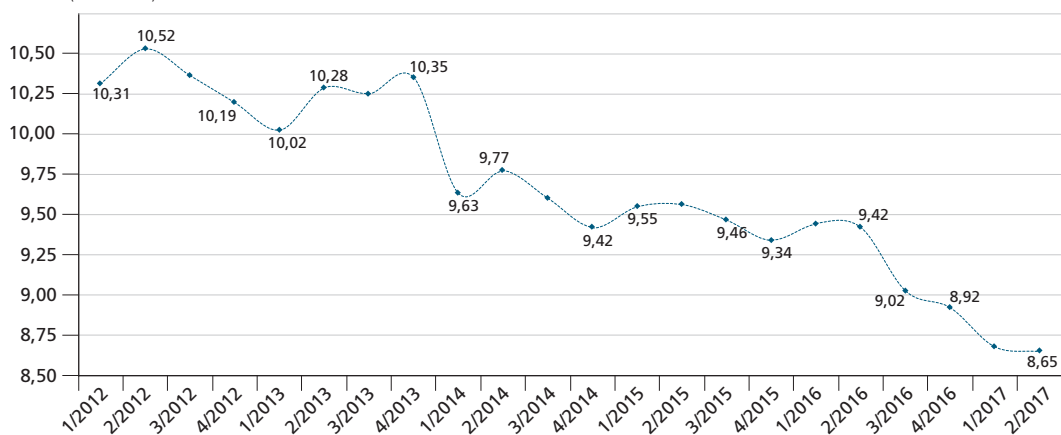
Desde 2015 passou-se a só se ter informações da Pnad Contínua, com a divulgação de dados trimestrais. Preocupante a não apuração das atividades voltadas para o autoconsumo, que, como vimos, vem crescendo ultimamente, preservando-se a coleta das informações sobre os trabalhadores familiares não remunerados em apoio ao empregador, ao conta-própria e ao trabalho doméstico. A comparação entre as Pnads Contínuas dos terceiros trimestres de 2012, 2013 e 2015 com as respectivas Pnads anuais (tradicionais) mostram proximidade nos contingentes apurados, com a população ocupada na Pnad 2015 representado quase 90% do apurado na Pnad Contínua do terceiro trimestre de 2015, desconsiderando os trabalhadores para autoconsumo. Em relação às posições na ocupação, as Pnads Contínuas contam menos empregados e empregadores, ao passo que contabilizam maiores contingentes de conta-própria e de trabalhadores familiares auxiliares.

A evolução da população ocupada na agricultura trimestralmente mostra que o processo de redução da ocupação agrícola preservou-se na mesma intensidade nos últimos dois anos, ou seja, de 2015 a 2017. Efetivamente, entre o segundo trimestre de 2015 e o segundo trimestre de 2017, apurou-se a redução de quase 1 milhão de postos de trabalho, sendo que, entre 2012 e 2015, segundo as Pnads Contínuas, assistiu-se à diminuição de outro milhão de trabalhadores. Como a Pnad Contínua não coleta informações sobre a ocupação voltada para o autoconsumo, não se tem como avaliar se o movimento de estabilidade da agricultura de subsistência tem tido continuidade.

GRÁFICO 8

Comportamento da população ocupada (1º trimestre/2012-1º trimestre/2016)

(Em milhões)



Fonte: Microdados Pnads/IBGE.

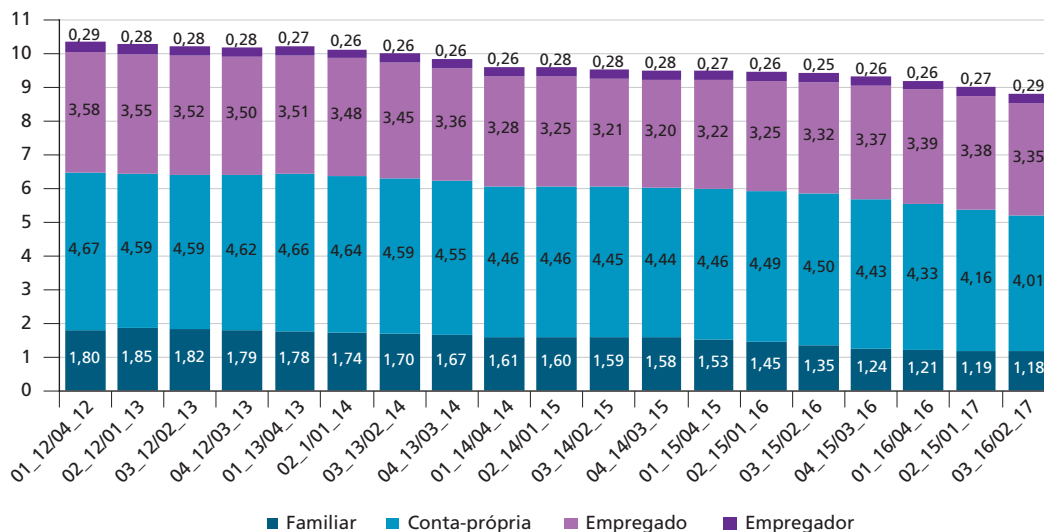
Em termos de comportamento dos ocupados na agricultura segundo a posição na ocupação, a redução mais pronunciada são os trabalhadores familiares – assim como ocorre nos dados da Pnad anual, cuja perda de 620 mil famílias nos últimos quatro anos e meio equivale a uma redução de 34%. Já a população de empregadores agrícolas encontra-se estabilizada em 290 mil pessoas, com os assalariados diminuindo 6% e os conta-própria 14%. Não resta dúvida de que o processo de exclusão de trabalhadores

na agricultura é preservado, afetando, em especial, a pequena agricultura. Fato é que, como o trabalho para autoconsumo não é apurado, tem-se dificuldade de avaliar melhor o fenômeno. A expectativa é que tenhamos, em algum momento, um suplemento na Pnad Contínua que investigue o trabalho para autoconsumo.

GRÁFICO 9

Comportamento da população ocupada: média móvel quatro trimestres (1º trimestre/2012-1º trimestre/2016)

(Em milhões)



Fonte: Microdados Pnads/IBGE.

REFERÊNCIA

SOARES, Sergei *et al.* **Perfil da pobreza: Norte e Nordeste rurais**. Brasília: International Policy Centre for Inclusive Growth, 2016. (Working Paper, n. 138).